



Identificação do(s) mutuário(s):

- 1) Nome _____
NIF _____
- 2) Nome _____
NIF _____
- 3) Nome _____
NIF _____
- 4) Nome _____
NIF _____
- 5) Nome _____
NIF _____
- 6) Nome _____
NIF _____

Identificação do(s) garante(s) [ex.: fiador(es)]: (preencher se aplicável)

- 1) Nome _____
NIF _____
- 2) Nome _____
NIF _____
- 3) Nome _____
NIF _____
- 4) Nome _____
NIF _____
- 5) Nome _____
NIF _____
- 6) Nome _____
NIF _____

Com referência ao(s) empréstimo(s) adiante identificado(s), o(s) mutuário(s) declara(m) perante a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“Caixa”) que pretende(m) aderir às medidas excecionais de apoio e proteção previstas no Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março (“Moratória legal”).

Cumprimento dos requisitos de acesso à Moratória legal

O(s) mutuário(s) declara(m) à Caixa que se verificam **todos** os seguintes requisitos de acesso à Moratória legal:

- Com referência a 18 de março de 2020:
 - (i) não se encontra(m), relativamente ao(s) empréstimo(s) adiante identificado(s), em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias **OU**, estando em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias, o valor destas não é superior a 1% do valor total do capital e dos juros vincendos acrescidos do capital e dos juros vencidos e não pagos e não ultrapassa o montante de 100 euros (critério de materialidade previsto nas normas aplicáveis);
 - (ii) não é(são) parte em execuções propostas por quaisquer instituições abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março;
 - (iii) Não se encontra(m) em situação de insolvência ou suspensão ou cessação de pagamentos.
- A respetiva situação contributiva e tributária cumpre o previsto no Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março.
- Verifica(m)-se a(s) situação(ões) a seguir assinalada(s) relativamente a si ou a qualquer membro do seu agregado familiar:
 - Isolamento profilático ou de doença, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março;
 - Assistência a filhos ou netos, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março;
 - Redução do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial;



- Situação de desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.;
- É elegível para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março;
- É trabalhador de entidade cujo estabelecimento ou atividade foi objeto de encerramento por imposição legal ou administrativa em consequência da pandemia da doença COVID-19;
- Quebra temporária de rendimentos de, pelo menos, 20% do rendimento do seu agregado familiar em consequência da pandemia da doença COVID-19.

Moratória legal - medida a aplicar

O(s) mutuário(s) solicita(m) a aplicação da medida seguinte:

 Empréstimo(s) em vigor com reembolso da totalidade do capital no final do contrato:

- Suspensão do pagamento dos juros e de outros encargos** que se vençam entre a data da entrega da presente declaração e 31 de março de 2021, com capitalização dos juros e **prorrogação do prazo do contrato** por um período igual ao da vigência da Moratória legal (doze meses), juntamente com todos os seus elementos associados, incluindo as garantias, no(s) empréstimo(s) a seguir identificado(s):

EMPRÉSTIMO Nº _____

EMPRÉSTIMO Nº _____

- Suspensão do pagamento de encargos** que se vençam entre a data da entrega da presente declaração e 31 de março de 2021, com **manutenção do pagamento dos juros** nos termos contratualmente previstos e **prorrogação do prazo do contrato** por um período igual ao da vigência da Moratória legal (doze meses), juntamente com todos os seus elementos associados, incluindo as garantias, no(s) empréstimo(s) a seguir identificado(s):

EMPRÉSTIMO Nº _____

EMPRÉSTIMO Nº _____

- Prorrogação do prazo do contrato** por um período igual ao da vigência da Moratória legal (doze meses), juntamente com todos os seus elementos associados e incluindo as garantias, com contagem e pagamento dos juros e de outros encargos nos termos contratualmente previstos, no(s) empréstimo(s) a seguir identificado(s):

EMPRÉSTIMO Nº _____

EMPRÉSTIMO Nº _____

 Empréstimo(s) em vigor com prestações periódicas de reembolso de capital e juros:

- Suspensão do pagamento das prestações de capital, juros e outros encargos** que se vençam entre a data da entrega da presente declaração e 31 de março de 2021, com capitalização dos juros e **prorrogação do prazo** do contrato por período equivalente ao da duração da suspensão (correspondente ao tempo que mediar entre a data da entrega da declaração e o dia 31 de março de 2021), no(s) empréstimo(s) a seguir identificado(s):

EMPRÉSTIMO Nº _____

EMPRÉSTIMO Nº _____

- Suspensão do pagamento das prestações de capital** que se vençam entre a data da entrega da presente declaração e 31 de março de 2021, com **manutenção do pagamento dos juros e de outros encargos** nos termos contratualmente previstos e **prorrogação do prazo** do contrato por período equivalente ao da duração da suspensão (correspondente ao tempo que mediar entre a data da entrega da declaração e o dia 31 de março de 2021), no(s) empréstimo(s) a seguir identificado(s):

EMPRÉSTIMO Nº _____

EMPRÉSTIMO Nº _____



Declarações adicionais

O(s) mutuário(s) declara(m) conhecer:

(i) Que pode(m), a todo o tempo, solicitar apenas a suspensão total ou parcial do reembolso de capital, sendo os juros e demais encargos pagos nos termos estabelecidos no contrato.

(ii) O previsto no Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, quanto à comprovação documental da respetiva situação contributiva e tributária.

Data ____ / ____ / ____

O(s) Mutuário(s) (Obrigatória a assinatura de todos os mutuários)
